

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
BCLV Comércio de Veículos S.A.
Ribeirão Preto - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento da receita

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando os produtos faturados tenham sido efetivamente entregues aos seus clientes e para tanto existem diversos controles que assegurem que as receitas sejam reconhecidas respeitando o período de competência que converge com o requerimento das normas contábeis vigentes. Esse processo abrange as transações dos mercados interno, especificidades na localidade onde a Companhia e suas controladas possuem operações e condições comerciais e contratuais de cada transação. Assim, a análise detalhada de cada uma das condições específicas, bem como o julgamento da Administração determinam os valores e momento que são reconhecidos. O período de fechamento contábil é o parâmetro principal para que o reconhecimento da receita não contenha valores de períodos incorretos, respeitando o momento em que ocorre a transferência de riscos e benefícios de cada transação.

Realização dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, conforme Nota Explicativa nº 14, a Companhia e suas controladas possuem R\$ 4.505 mil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas altamente subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Resposta da auditoria ao assunto

Nosso enfoque de auditoria consistiu em obtenção de conhecimento sobre fluxos de negócios e de aspectos contratuais, incluindo controles exercidos, aplicação de testes sobre amostras para confirmar tanto a ocorrência quanto o corte apropriado de transações e obtenção de confirmações por parte de clientes selecionados com relação a termos de venda e responsabilidade sobre a propriedade de produtos vendidos sob arranjos diferenciados de entrega.

Baseado nos procedimentos de auditoria que executamos sobre o reconhecimento da receita, consideramos que, em consonância com as premissas utilizadas pela Administração, os valores de receitas reconhecidos estão adequados conforme as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Baseado nos procedimentos de auditoria que executamos sobre os créditos tributários, consideramos que, em consonância com as premissas utilizadas pela Administração, os valores de créditos tributários mantidos estão adequados conforme as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Fundo de comércio e direitos de concessão

A venda de veículos automotores, de via terrestre, foi efetivada através de contratos de concessões comerciais onerosos firmado entre as montadoras e a Companhia e suas controlada. Constitui objeto da concessão, além da comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelas montadoras, a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão e o uso gratuito de marcas dos concedentes, como identificação. O ônus pago pelas concessionárias as montadoras foram capitalizados no ativo intangível e a renovação do contrato é por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra sociedade.

Ademais, os valores representados como fundo de comércio são compostos de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia e suas controladas os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio. O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia e suas controladas do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível do direito de concessão e fundo de comércio envolvem a utilização de premissas e julgamentos por parte dos Administradores em relação à recuperabilidade dos referidos ativos.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos intangíveis incluíram, dentro outros: (i) avaliação da adequação das políticas de capitalização das concessões onerosas da Companhia e suas controladas; (ii) análise do contrato de concessão; (iii) análise dos pagamentos efetuados às montadoras; (iv) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de recuperabilidade dos ativos intangíveis sem vida útil definida estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; e (v) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações das demonstrações contábeis.

Baseado nos procedimentos de auditoria que executamos sobre o registro e recuperabilidade desses ativos intangíveis, consideramos que, em consonância com as premissas utilizadas pela Administração, os valores de fundo de comércio e direito de concessão estão adequados conforme as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme Nota Explicativa nº 16, às demonstrações contábeis, a Administração da Companhia e suas controladas revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Administração da Companhia e suas controladas utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais

Considerando o alto volume de litígios e o valor monetário envolvido, conforme nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, combinados com a complexidade da legislação tributária e a frequente alteração das leis e da jurisprudência, é necessário um constante monitoramento por parte da Administração no intuito de identificar, capturar, registrar e divulgar eventuais mudanças relevantes que alterem o montante e/ou a chance de perda com relação a esses riscos.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Administração e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia e suas controladas. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Resposta da auditoria ao assunto

Nosso enfoque de auditoria sobre as provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais consistiu em obtenção de entendimento sobre o trabalho do departamento legal e sobre os processos de identificação e captura de informações, análise dos conjuntos de litígios e disputas e solicitação de representação dos assessores legais externos com relação ao conhecimento da existência de litígios e disputas, aos montantes em risco e às probabilidades de perda para todos os principais casos (principalmente trabalhistas e cíveis). Nos casos trabalhistas, dada a quantidade e complexidade de casos, nosso trabalho depende de amostragem e busca de avaliação sobre as chances de perda pertinentes. Adicionalmente, concentramo-nos em avaliar adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2019.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	26	253.889	341.105	459.555	509.933
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27	(217.082)	(292.714)	(398.939)	(438.931)
Lucro bruto		36.807	48.391	60.616	71.002
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas comerciais	28	(13.680)	(20.102)	(22.787)	(28.291)
Despesas gerais e administrativas	29	(23.463)	(34.512)	(32.381)	(41.695)
Resultado de equivalência patrimonial	15	1.019	(593)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	9.559	22.724	9.502	22.876
		(26.565)	(32.483)	(45.666)	(47.110)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		10.242	15.908	14.950	23.892
Despesas financeiras	31	(13.449)	(24.274)	(15.102)	(27.845)
Receitas financeiras	31	2.045	615	2.088	1.093
Resultado financeiro líquido		(11.404)	(23.659)	(13.014)	(26.752)
Resultado antes dos impostos		(1.162)	(7.751)	1.936	(2.860)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	-	-	(783)	(1.681)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(398)	48	(398)	48
Resultado do exercício		(1.560)	(7.703)	755	(4.493)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		-	-	(1.560)	(7.703)
Acionistas não controladores		-	-	2.315	3.210
Resultado do exercício		(1.560)	(7.703)	755	(4.493)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício	<u>(1.560)</u>	<u>(7.703)</u>	<u>755</u>	<u>(4.493)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.560)</u></u>	<u><u>(7.703)</u></u>	<u><u>755</u></u>	<u><u>(4.493)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2017		62.491	500	(70.212)	(7.221)	3.817	(3.404)
Constituição de controladas		-	-	-	-	775	775
Integralização de capital social		3.212	(500)	-	2.712	-	2.712
Prejuízo do exercício		-	-	(7.703)	(7.703)	3.210	(4.493)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25	65.703	-	(77.915)	(12.212)	7.802	(4.410)
Aumento de capital social		1.292	-	-	1.292	-	1.292
Lucros distribuídos		-	-	-	-	(1.968)	(1.968)
Lucro líquido do exercício		-	-	(1.560)	(1.560)	2.315	755
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25	66.995	-	(79.475)	(12.480)	8.149	(4.331)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais					
Resultado do exercício		(1.560)	(7.703)	755	(4.493)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		4.277	6.591	5.035	6.891
Resultado na venda de ativo imobilizado		13.832	18.974	13.934	19.014
Resultado na baixa do ativo intangível		2.496	4.793	2.496	4.793
Resultado na baixa de investimento		-	5.198	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(1.019)	593	-	-
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos		9.666	13.493	10.159	13.514
Imposto de renda e contribuição social diferidos		398	(48)	398	(48)
Custo de transações das debêntures		(1.197)	169	(1.197)	169
Variações em:					
Aumento (redução) em contas a receber e outros recebíveis		(3.360)	14.225	(4.730)	9.356
Aumento (redução) em estoques		(5.276)	41.466	(19.449)	38.450
Aumento (redução) em adiantamentos a fornecedor		(106)	461	(587)	1.773
Aumento em impostos a recuperar		(887)	(806)	(1.534)	(961)
Aumento (redução) em outros ativos circulantes		925	(1.448)	902	(1.421)
Aumento (redução) em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes		(563)	(539)	(668)	(539)
Aumento (redução) em fornecedores		5.202	(53.621)	18.309	(47.221)
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes		(14.990)	2.285	(14.699)	5.778
Aumento (redução) aumento em salários, encargos sociais e tributos a recolher		555	(4.043)	1.561	(2.103)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		209	(291)	1.720	(290)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos				(161)	(1.518)
Juros pagos de financiamentos		(9.666)	(13.493)	(10.158)	(13.514)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		(1.064)	26.256	2.086	27.630
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(10.923)	(7.410)	(13.019)	(8.276)
Baixa de ativo imobilizado perda de controle		-	-	-	1.219
Aquisição de intangível	17	(576)	(422)	(576)	(5.422)
Aquisição de investimentos	15	-	(1.618)	(7.385)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(11.499)	(9.450)	(20.980)	(12.479)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		54.871	47.156	66.889	46.956
Captação de debêntures		40.000	-	40.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(63.078)	(59.977)	(66.219)	(59.977)
Pagamento de debêntures		(8.333)	(7.143)	(8.333)	(7.143)
Pagamento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		(21.807)	(5.000)	(7.800)	-
Recebimento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		14.742	4.263	2.400	2.500
Distribuição de lucros		-	-	(1.968)	872
Aumento de capital social		1.292	2.712	1.292	2.712
Aumento de capital em investidas - Participação de não controladores		-	-	-	(3.032)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		17.687	(17.989)	26.261	(17.112)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		5.124	(1.183)	7.367	(1.961)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		377	1.560	1.226	3.187
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		5.501	377	8.593	1.226
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		5.124	(1.183)	7.367	(1.961)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos premium. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Durante o exercício de 2018, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 1.560 (lucro de R\$ 755 no Consolidado) e em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 9.113 (R\$ 6.908 no Consolidado) e possui patrimônio líquido negativo de R\$ 12.480 e (R\$ 4.331 no Consolidado), respectivamente. Como forma de readequar o perfil da dívida, em novembro de 2018, a Companhia efetuou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas R\$ 40 milhões de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com vencimentos anuais a partir de 2019 e último vencimento em 5 de novembro de 2023.

Os recursos obtidos com a emissão foram destinados para o reperfilamento de passivos da Companhia, incluindo o resgate total antecipado das debêntures da 1ª emissão, emitidas em fevereiro de 2013, e o pagamento integral da dívida representada pela Cédula de Crédito Bancário de R\$20 milhões contratada em agosto de 2018.

A Administração entende que essas ações produzirão impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação	
		2018	2017
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	76,96%	51,00%
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	92,50%	-

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis decontroladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

VSTM

A VSTM Comércio de Veículos Ltda. (“Sociedade” ou “VSTM”), localizada na ST SGCV/SUL, lote 9, s/n, lojas 25 e 26, Guará, Brasília, Distrito Federal, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS BRASÍLIA, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas(novos e usados) e peças/acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

BMMOT

A BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (“Sociedade” ou “BMMOT”), localizada na Rua Hélio Pelegrino, 825, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE BMW MOTOS SÃO PAULO, é uma concessionária de motocicletas nacionais e importadas. A sociedade tem como objeto social o comércio de motocicletas (novas e usadas) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de motocicletas; serviços de manutenção e reparação mecânica de motocicletas e intermediação de venda de motocicletas.

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

As controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e detém o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em controladas, contabilizados com o uso desse método, são eliminados.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2019. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 3 (a) - Consolidação - Determinação se a Companhia detém de fato o controle sob uma investida; e
Nota explicativa nº 34 - Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
Nota explicativa nº 15 - Investimentos;
Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
Nota explicativa nº 17 - Intangível; e
Nota explicativa nº 24 - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros.

7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Companhia e suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

rendimento sobre aplicações financeiras;
juros e multas recebidos;
despesas bancárias;
juros sobre financiamentos e debêntures;
impostos sobre operações financeiras;
descontos concedidos; e
descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia e suas controladas, os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de impairment do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis premium em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de impairment dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros ativos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 25.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

I. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

m. Mudanças nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Companhia. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Para as atividades da Companhia e suas controladas, não houve o impacto nas demonstrações contábeis do referido exercício.

(b) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa nº 32. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

IAS 39 / CPC 38	IFRS 9 / CPC 48
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda (residual)	VJORA para instrumento de patrimônio

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não apresentou alterações nas provisões constituídas pela Companhia.

9. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil).

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis e estima um efeito de aproximadamente R\$ 16.041 (R\$ 26.989 no consolidado) em suas demonstrações contábeis para os próximos cinco anos relacionados aos contratos de aluguéis, com desembolsos anuais, referente aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Brasília e Goiânia, conforme descrito em Nota Explicativa nº 34.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poder/iam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e saldo bancário	775	377	3.255	1.226
Aplicações financeiras	4.726	-	5.338	-
	<u>5.501</u>	<u>377</u>	<u>8.593</u>	<u>1.226</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e suas controladas e saldos em poder de bancos.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 32.

11. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a receber	5.637	5.540	9.988	7.793
Partes relacionadas (nota explicativa nº21)	1.937	270	400	208
Cartões a receber	2.555	427	5.101	2.101
Outros créditos	1.301	1.833	1.470	2.127
	<u>11.430</u>	<u>8.070</u>	<u>16.959</u>	<u>12.229</u>

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (impairment) registrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.023 (idêntico em 2017).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável assim como a composição por vencimento relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 32.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Veículos novos	21.888	18.058	42.359	24.859
Veículos usados	3.920	2.867	7.903	5.415
Motos novas	1.299	244	2.990	1.891
Motos usadas	55	85	278	532
Peças e acessórios	2.835	3.500	5.183	6.599
Outros	157	124	157	125
	<u>30.154</u>	<u>24.878</u>	<u>58.870</u>	<u>39.421</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição para as peças e acessórios e o custo de aquisição específico de cada item para os veículos e motos e não excedem ao valor de realização.

O valor reconhecido como provisão para perda no estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.041 e não houve movimentação quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos diversos	92	153	136	193
Contas a receber por empréstimos a coligadas (nota explicativa nº 21)	1.125	1.689	1.125	1.689
Despesas antecipadas	73	73	105	86
Outras contas a receber	-	300	-	300
	<u>1.290</u>	<u>2.215</u>	<u>1.366</u>	<u>2.268</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado

Consolidado / controladora	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	222	-	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	695	695	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	348	348	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	3.716	-	-
Custo de transação	(476)	(78)	(398)	48
Total	<u>4.505</u>	<u>4.903</u>	<u>(398)</u>	<u>48</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os débitos tributários dos impostos diferidos são constituídos para refletir os efeitos fiscais futuros com base nas adições e exclusões fiscais temporárias ao lucro contábil na apuração do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2018, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 26.020 (R\$ 25.469 em 2017), pois a Administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo, quando aplicável, os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado do exercício antes dos impostos	(1.162)	(7.751)	1.936	(2.860)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) com imposto à alíquota nominal	395	2.635	(658)	972
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social diferido não reconhecidos	(551)	(2.327)	(551)	(2.327)
Despesas não dedutíveis	(140)	275	130	257
Outros	(102)	(535)	(102)	(535)
Imposto corrente	-	-	(783)	(1.681)
Imposto diferido	(398)	48	(398)	48
Alíquota efetiva	34%	-1%	-61%	57%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um ganho de R\$ 1.019 de resultado com equivalência patrimonial (perda de R\$ 593 em 2017).

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	28.410	27.195	-	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	<u>1.974</u>	<u>2.170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>30.384</u>	<u>29.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Participação no Ativo Líquido Outros (i)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2018														
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	76,96%	34.829	38.408	73.237	33.878	3.000	36.878	36.359	555	28.410	177.340	(173.794)	3.546	1.214
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50%	5.536	920	6.456	4.282	-	4.282	2.174	(39)	1.974	30.990	(31.201)	(211)	(195)
		<u>40.365</u>	<u>39.328</u>	<u>79.693</u>	<u>38.160</u>	<u>3.000</u>	<u>41.160</u>	<u>38.533</u>	<u>516</u>	<u>30.384</u>	<u>208.330</u>	<u>(204.995)</u>	<u>3.335</u>	<u>1.019</u>
31 de dezembro de 2017														
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(640)
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(370)
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	76,96%	16.150	29.640	45.790	11.008	-	11.008	34.782	555	27.195	72.323	(70.975)	1.348	490
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143)
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50%	5.508	962	6.470	4.085	-	4.085	2.385	(39)	2.170	13.198	(13.123)	75	70
		<u>21.658</u>	<u>30.602</u>	<u>52.260</u>	<u>15.093</u>	<u>-</u>	<u>15.093</u>	<u>37.167</u>	<u>516</u>	<u>29.365</u>	<u>85.521</u>	<u>(84.098)</u>	<u>1.423</u>	<u>(593)</u>

(i) Refere-se ao percentual de participação dos minoritários sobre capital social não integralizado.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Imobilizado

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.840	19.502	10.918	38.252	7.383	2.491	30.363	94	112.843
Adições	-	3.936	1.876	2.391	-	430	1.952	1.671	12.256
Baixas	-	(7.050)	(4.126)	(20.182)	-	(1.936)	(21.435)	-	(54.729)
Transferências	-	-	-	-	(2.350)	-	-	2.350	-
Perda de controle	-	(13)	(3)	(16.641)	-	-	(89)	-	(16.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.840	16.375	8.665	3.820	5.033	985	10.791	4.115	53.624
Adições	-	1.720	741	2.405	-	388	5.210	2.556	13.020
Baixas	(6.658)	(1.605)	(712)	(1.816)	-	(521)	(4.740)	(2.350)	(18.402)
Transferências	4.321	-	-	-	-	-	-	(4.321)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.503	16.490	8.694	4.409	5.033	852	11.261	-	48.242
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(381)	(10.908)	(4.911)	(13.387)	-	(920)	(19.342)	-	(49.849)
Adições	(312)	(1.442)	(832)	(922)	-	(128)	(2.793)	-	(6.429)
Baixas	-	3.243	1.710	8.010	-	686	15.966	-	29.615
Perda de controle	-	-	-	2.698	-	-	19	-	2.717
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(693)	(9.107)	(4.033)	(3.601)	-	(362)	(6.150)	-	(23.946)
Adições	(42)	(1.377)	(781)	(381)	-	(75)	(1.827)	-	(4.483)
Baixas	479	631	244	652	-	141	2.318	-	4.465
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(256)	(9.853)	(4.570)	(3.330)	-	(296)	(5.659)	-	(23.964)
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2017	3.147	7.268	4.632	219	5.033	623	4.641	4.115	29.678
Em 31 de dezembro de 2018	1.247	6.637	4.124	1.079	5.033	556	5.602	-	24.278

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora								Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.840	19.489	10.907	21.612	7.383	2.491	30.159	94	95.975
Adições	-	1.258	394	2.368	-	291	1.428	1.671	7.410
Baixas	-	(7.010)	(4.126)	(20.182)	-	(1.936)	(21.435)	-	(54.689)
Transferências	-	-	-	-	(2.350)	-	-	2.350	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.840	13.737	7.175	3.798	5.033	846	10.152	4.115	48.696
Adições	-	863	459	2.405	-	173	4.468	2.556	10.924
Baixas	(6.658)	(1.600)	(711)	(1.816)	-	(521)	(4.639)	(2.350)	(18.295)
Transferências	4.321	-	-	-	-	-	-	(4.321)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.503	13.000	6.923	4.387	5.033	498	9.981	-	41.325
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(381)	(10.907)	(4.911)	(10.688)	-	(920)	(19.311)	-	(47.118)
Adições	(312)	(1.296)	(761)	(917)	-	(122)	(2.722)	-	(6.130)
Baixas	-	3.243	1.710	8.010	-	686	15.966	-	29.615
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(693)	(8.960)	(3.962)	(3.595)	-	(356)	(6.067)	-	(23.633)
Adições	(42)	(992)	(619)	(376)	-	(53)	(1.650)	-	(3.732)
Baixas	479	631	244	652	-	141	2.314	-	4.461
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(256)	(9.321)	(4.337)	(3.319)	-	(268)	(5.403)	-	(22.904)
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2017	3.147	4.777	3.213	203	5.033	490	4.085	4.115	25.063
Em 31 de dezembro de 2018	1.247	3.679	2.586	1.068	5.033	230	4.578	-	18.421

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Depreciação

A Administração efetuou a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2017. A depreciação, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos e foi apropriada ao custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados e em despesas do exercício.

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2017, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2018. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

17. Intangível

	Consolidado				Total
	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.650	762	35.499	309	39.220
Adições	386	-	25.987	36	26.409
Baixas	(359)	(762)	(24.022)	(3)	(25.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.677	-	37.464	342	40.483
Adições	628	-	7.300	34	7.962
Baixas	(84)	-	(2.477)	(19)	(2.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.221	-	42.287	357	45.865
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.463)	-	-	-	(2.463)
Adições	(461)	-	-	-	(461)
Baixas	353	-	-	-	353
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.571)	-	-	-	(2.571)
Adições	(555)	-	-	-	(555)
Baixas	84	-	-	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.042)	-	-	-	(3.042)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	106	-	37.464	342	37.912
Em 31 de dezembro de 2018	179	-	42.287	357	42.823

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora				Total
	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.650	762	35.499	309	39.220
Adições	386	-	-	36	422
Baixas	(359)	(762)	(24.022)	(3)	(25.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.677	-	11.477	342	14.496
Adições	542	-	-	34	576
Baixas	(84)	-	(2.477)	(19)	(2.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.135	-	9.000	357	12.492
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.463)	-	-	-	(2.463)
Adições	(461)	-	-	-	(461)
Baixas	353	-	-	-	353
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.571)	-	-	-	(2.571)
Adições	(548)	-	-	-	(548)
Baixas	84	-	-	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.035)	-	-	-	(3.035)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	106	-	11.477	342	11.925
Em 31 de dezembro de 2018	100	-	9.000	357	9.457

Em 15 de agosto de 2018, a controlada VST Comércio de Veículos Ltda. adquiriu o direito de concessão da Audi Brasil na cidade de Goiânia (GO). A cessão onerosa totalizou o montante de R\$ 8.000, sendo: (i) R\$ 7.300 a título de contraprestação pelo direito de concessão; (ii) R\$ 150 de estoques de peças; e (iii) R\$ 550 de ativos.

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Companhia e suas controladas determinam os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, em 31 de dezembro de 2017, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2018. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

b. Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos premium e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	2018	2017
Taxa de desconto	7,77%	7,77%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	1,27%	1,51%

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de veículos	26.287	19.722	46.277	26.760
Fornecedores de veículos (Nota explicativa nº 21)	-	1.640	-	1.640
Fornecedores de peças	2.513	2.294	4.710	4.317
Fornecedores de peças e serviços - partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	43	2	43	2
Fornecedores diversos	1.134	1.117	1.478	1.480
	<u>29.977</u>	<u>24.775</u>	<u>52.508</u>	<u>34.199</u>

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 32.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 32.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
					2018	2017	2018	2017
Capital de giro	R\$	CDI	6,63% a.a.	2019	16.000	16.000	16.000	16.000
Capital de giro	R\$	-	21,54% a.a.	2019	-	4.253	-	4.253
Conta garantida	R\$	CDI	10,33% a.a.	2019	2.424	439	779	439
Conta garantida	R\$	-	23,29% a.a.	2019	2.674	3.087	2.674	3.087
Conta garantida	R\$	CDI	15,21% a.a.	2019	-	1.668	-	1.668
Financiamento imobiliário	R\$	-	18,36% a.a.	2018	-	1.592	-	1.592
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	18,41% a.a.	2018-2020	7.879	7.070	6.447	7.070
Conta corrente entre partes relacionadas (Nota explicativa nº21)	R\$	-	-	-	-	-	97	1.763
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº21)	R\$	-	14,03% a.a.	2022	6.900	2.500	1.100	2.500
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº21)	R\$	CDI	9,32% a.a.	2022	27.616	31.616	26.816	30.816
					<u>63.493</u>	<u>68.225</u>	<u>53.913</u>	<u>69.188</u>
Circulante					(32.577)	(66.567)	(25.997)	(67.530)
Não circulante					30.916	1.658	27.916	1.658

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

Exercício	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	67.530	-	66.567
2019	25.997	1.045	32.577	1.045
2020 a 2022	27.916	613	30.916	613
	<u>53.913</u>	<u>69.188</u>	<u>63.493</u>	<u>68.225</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval e imóveis do controlador.

20. Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado	
					2018	2017
Debêntures - 1ª emissão	R\$	CDI	9,56% a.a.	2019	-	8.136
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI	102,15% Variação	2023	38.605	-
			-		<u>38.605</u>	<u>8.136</u>
Circulante					550	8.136
Não circulante					38.055	-

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, a partir de 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018, aditado para 2019. Em outubro de 2018, foi aprovado o resgate antecipado pela Ata de Assembléia Geral, tendo sido liberado o pagamento do prêmio de resgate.

Em 05 de novembro de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 40.000. Foram emitidas 40 milhões debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com vencimentos a partir de 2019 e último vencimento em 5 de novembro de 2023. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à 102,15% da variação acumulada do CDI.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de janeiro de 2019 até dezembro de 2023.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém covenants que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações contábeis individuais anuais.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

O contrato referente à segunda emissão também prevê a manutenção do mesmo índice financeiro, que estabelece ao final de cada exercício social que a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculada com base nas demonstrações contábeis anuais consolidadas e auditadas, seja igual ou inferior a 2,5, durante todo o período de vigência das debêntures.

Devido à segunda emissão ter ocorrido em 05 de novembro de 2018, a relação da Dívida Líquida x EBITDA, em 31 de dezembro de 2018, não é aplicável, passando a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Em dezembro de 2017, a Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais referente à primeira emissão das debêntures, fato este que acarretou na reclassificação do saldo da dívida do passivo não circulante para o passivo circulante, no montante de R\$ 1.162.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de amortização das debêntures era o seguinte:

Período	2018	2017
2018	-	8.136
2019	550	-
2020	9.716	-
2021	9.716	-
2022 a 2023	18.623	-
	<u>38.605</u>	<u>8.136</u>

Garantias

Para as debêntures (segunda emissão), foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados em: São José do Rio Preto, Uberlândia e Ribeirão Preto, todos de propriedade da VISMOb Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.

21. Partes relacionadas

a. Controladora

Em 31 de dezembro de 2018, 99,9% (idêntico em 31 de dezembro de 2017) das ações da Companhia pertencem a Henry Visconde, que detém o controle da Companhia.

b. Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Em 2018, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas totalizou R\$ 1.932 (R\$ 2.440 em 31 de dezembro de 2017).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo						
Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 11						
Henry Visconde	-	21	-	-	842	1.295
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	111	-	-	57	3.276
BVHD Comércio de Veículos Ltda.	-	36	-	-	-	1.011
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	4	-	-	57	606
BBAG Comércio de Veículos Ltda.	400	-	-	-	1.371	-
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	496	-
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.	-	-	-	-	269	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	36	-	-	-	494
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11	400	208	-	-	3.092	6.682
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	76	-	-	-	-
Outros ativos (e) - Nota explicativa nº 13						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	1.125	1.689	-	-	-	-
Total do ativo	1.525	1.973	-	-	3.092	6.682
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota explicativa nº 19	-	-	(34.516)	(34.116)	(3.369)	(3.990)
Fornecedores						
Fornecedores diversos (b)						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(153)	(552)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(400)	(635)
					(553)	(1.187)
Fornecedores de peças (a)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(59)	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(6)	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	(2)	(169)	(143)
				(2)	(234)	(143)
Fornecedores de veículos (a)						
Henry Visconde	-	-	-	(630)	-	(646)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	(324)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	(1.010)	-	(1.080)
BVHD Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	(10)
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	(53)
				(1.640)	(324)	(1.789)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18	-	-	-	(1.642)	(1.111)	(3.119)
Adiantamentos de clientes (d)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(1.555)	-	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(133)	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 22	-	-	-	(1.688)	-	-
Total do passivo	-	-	(34.516)	(37.446)	(4.480)	(7.109)

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo						
Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 11						
Henry Visconde	-	21	-	-	842	887
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	111	-	-	57	3.276
BVHD Comércio de Veículos Ltda.	-	36	-	-	-	1.011
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	4	-	-	57	606
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	1.470	50	-	-	2.393	6.515
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	67	12	-	-	929	1.477
BBAG Comércio de Veículos Ltda.	400	-	-	-	1.371	-
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	496	-
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.	-	-	-	-	269	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	36	-	-	357	494
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11	1.937	270	-	-	6.771	14.266
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	76	-	-	-	-
Outros ativos (e) - Nota explicativa nº 13						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	1.125	1.689	-	-	-	-
Total do ativo	3.062	2.035	-	-	6.771	14.266
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (e)	-	-	(97)	(476)	-	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (e)	-	-	-	(1.287)	-	-
Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota explicativa nº 19	-	-	(27.916)	(35.079)	(3.147)	(3.990)
	-	-	(28.013)	(36.842)	(3.147)	(3.990)
Fornecedores						
Fornecedores diversos						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(153)	(552)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(400)	(635)
	-	-	-	-	(553)	(1.187)
Fornecedores de peças (a)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	(2)	(169)	(143)
BVHD Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	(10)
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(6)	(53)
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(82)	(34)
BBAG Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(59)	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(36)	(99)
	-	-	-	(2)	(352)	(339)
Fornecedores de veículos (a)						
Henry Visconde	-	-	-	(630)	-	(646)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	(324)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(1.010)	-	(1.080)
	-	-	-	(1.640)	(324)	(1.726)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18	-	-	-	(1.642)	(1.230)	(3.252)
Adiantamentos de clientes (d)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(1.555)	-	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(24)	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(133)	-	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	(16)	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 22	-	-	-	(1.728)	-	-
Total do passivo	-	-	(28.013)	(40.212)	(4.377)	(7.242)
(a) Transações comerciais de venda e compra de mercadorias e prestação de serviços no curso normal das operações.						
(b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.						

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (c) Mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas (controladores e não controladores) sendo corrigidos a taxa variável do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras e contratos de conta-corrente firmados entre as empresas do grupo para suprir necessidades de capital de giro.
- (d) Refere-se à compra e venda de veículos.
- (e) Contrato de conta corrente firmado entre as empresas do grupo para suprir necessidades de capital de giro, sem incidência de juros.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóveis e aval do controlador (Notas Explicativas nº 19 e 20).

22. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos de clientes de veículos	3.136	4.640	6.613	8.018
Adiantamentos de clientes de veículos - partes relacionadas (nota explicativa nº 21)	-	1.728	-	1.688
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	712	1.090	1.065	1.291
Adiantamentos de clientes de outras receitas (a)		11.380	-	11.380
	<u>3.848</u>	<u>18.838</u>	<u>7.678</u>	<u>22.377</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos como sinal em decorrência de negociações de venda de filiais Audi e Porsche da cidade de Ribeirão Preto.

23. Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de férias e 13º salário	1.251	1.372	1.884	1.780
Salários e encargos sociais	840	960	1.368	1.367
Tributos a recolher	870	663	1.618	912
	<u>2.961</u>	<u>2.995</u>	<u>4.870</u>	<u>4.059</u>

No passivo não circulante, o saldo de R\$ 589 em "Tributos a recolher" trata-se de parcelamento de ICMS referente a autos de infração sofridos pela BVAC Comércio de Veículos Ltda., empresa incorporada pela Companhia em outubro de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em maio de 2018, as três impugnações sobre referidos autos da BVAC tiveram decisões administrativas desfavoráveis. Pelas chances de êxito serem remotas em eventual ação judicial, a Companhia optou pelo parcelamento em 60 meses dessas impugnações, corrigido mensalmente pela taxa selic, com término em junho de 2023.

24. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas baseadas nas normas contábeis consideram não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2018.

Segue composição das provisões

	2018	2017
Trabalhistas (a)	92	92
Ações de indenização (b)	524	524
Outros	36	36
	<u>652</u>	<u>652</u>

- (a) A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.
- (b) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 27.898 (R\$ 32.081 em 31 de dezembro de 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2018	2017
Tributárias	20.358	23.326
Ações de indenização	7.540	8.108
Outros	-	647
	<u>27.898</u>	<u>32.081</u>

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

25. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 109.058.732 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2017), no valor de R\$ 0,6143 (R\$ 0,6025 em 31 de dezembro de 2017) cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2018 Participação	2017 Participação
Henry Visconde	99,999999%	99,999999%
Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	<u>0,000001%</u>	<u>0,000001%</u>
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2017, pela ata da Assembléia Geral extraordinária de dissolução, a BPAG Brazilian Premium Auto Group SA foi extinta e suas ações na BCLV foram transferidas para Henry Visconde, que na mesma data transferiu 1 (uma) ação para a Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, mediante registro no livro de transferência de ações.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (c).

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas, a serem utilizados com a finalidade de aumentar, futuramente, o capital social da Companhia.

Em 30 de abril de 2017, foi convertido em capital social, o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 25 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 500 pela controladora da Companhia, BPAG Brazilian Premium Auto Group S.A. Houve também um aumento de capital social no valor de R\$ 2.712, referente ao crédito da Companhia com a BPAG, em virtude da compra das quotas da investida BVGE Comércio de Veículos Ltda. em 22 de novembro de 2016.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 18 de abril de 2018, de acordo com a Ata da Assembléia Geral, foi subscrito o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.292, integralizado com créditos provenientes da assunção de dívida da Companhia pelo acionista majoritário, Henry Visconde, junto à sociedade BVGE Comércio de Veículos Ltda.

Considerando que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo, não houve emissão de novas ações.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de venda de veículos novos	160.096	222.911	274.928	269.483
Receita de venda de veículos usados	36.501	6.451	77.184	103.307
Receita da oficina	34.366	62.091	51.814	68.568
Receita de venda de motos novas	10.114	22.476	31.073	31.585
Receita de bônus das concessionárias	10.923	10.795	15.578	13.116
Receitas de agregados	7.815	9.994	7.668	11.756
Receitas de venda de peças e acessórios	4.646	11.913	12.735	14.761
Receita de locação de veículos	-	-	-	6.852
Receita de venda de motos usadas	1.731	4.619	5.008	5.730
Total da receita bruta	266.192	351.250	475.988	525.158
Menos:				
Cofins sobre venda	(3.950)	(5.070)	(6.116)	(7.114)
ICMS sobre venda	(3.750)	(1.750)	(4.614)	(3.790)
IPI sobre venda	(3.079)	(603)	(3.079)	(603)
PIS sobre venda	(843)	(1.098)	(1.313)	(1.541)
ISS sobre serviços prestados	(431)	(842)	(739)	(989)
Devoluções	(250)	(782)	(572)	(1.188)
Total devoluções e impostos	(12.303)	(10.145)	(16.433)	(15.225)
Total de receita	253.889	341.105	459.555	509.933

As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são oriundas das vendas de veículos e motocicletas novos e usados, peças e acessórios e serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

27. Custos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos				
Custo de venda de veículos novos	(147.784)	(213.667)	(250.092)	(257.422)
Custo de venda de veículos usados	(33.491)	(6.006)	(70.476)	(91.741)
Custo da oficina	(21.476)	(38.311)	(35.631)	(41.740)
Custo de venda de motos novas	(9.118)	(19.914)	(28.279)	(27.640)
Custos de venda de peças e acessórios	(3.636)	(10.627)	(9.848)	(11.255)
Custo de venda de motos usadas	(1.577)	(4.189)	(4.613)	(5.259)
Custo locação de veículos	-	-	-	(3.874)
	<u>(217.082)</u>	<u>(292.714)</u>	<u>(398.939)</u>	<u>(438.931)</u>

28. Despesas comerciais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa com salários e encargos	(6.774)	(10.408)	(10.875)	(13.364)
Outras despesas	(2.977)	(4.361)	(5.072)	(7.853)
Despesa com comissão de vendas	(1.827)	(2.590)	(3.357)	(3.582)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.024)	(1.493)	(1.455)	(1.885)
Despesa com eventos	(813)	(450)	(1.255)	(530)
Despesa com fretes e carretos	(265)	(800)	(773)	(1.077)
	<u>(13.680)</u>	<u>(20.102)</u>	<u>(22.787)</u>	<u>(28.291)</u>

29. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa com aluguéis	(5.486)	(8.484)	(9.393)	(11.329)
Outras despesas	(5.197)	(6.395)	(6.836)	(8.541)
Despesa com depreciação e amortização	(4.276)	(6.590)	(5.034)	(7.056)
Despesa com salários e encargos	(2.960)	(4.515)	(3.863)	(5.208)
Despesa com consultoria e assessorias	(2.664)	(3.756)	(3.332)	(4.183)
Despesa com telefonia e dados	(1.157)	(1.635)	(1.529)	(1.913)
Despesa com manutenção e conservação	(544)	(1.037)	(723)	(1.128)
Despesa com energia elétrica	(536)	(805)	(776)	(950)
Despesa com segurança	(466)	(1.041)	(627)	(1.095)
Despesa com taxa e emolumentos	(86)	(160)	(137)	(178)
Despesa com limpeza	(68)	(19)	(80)	(22)
Despesa com material de consumo	(23)	(75)	(51)	(92)
	<u>(23.463)</u>	<u>(34.512)</u>	<u>(32.381)</u>	<u>(41.695)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas	4	257	48	409
Ganho ou perda de capital (i)	9.555	22.467	9.453	22.467
	<u>9.559</u>	<u>22.724</u>	<u>9.501</u>	<u>22.876</u>

(i) Refere-se ao ganho gerado na venda de filiais durante o exercício: (a) Em janeiro e fevereiro de 2017, a Companhia efetivou a venda das filiais Land Rover e Audi localizadas na cidade de Porto Alegre e Caxias do Sul; (b) Em abril de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial Land Rover localizada na cidade Uberlândia para a investida BVGE Comércio de Veículos Ltda; (c) Em julho e agosto de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial de BMW e Porsche localizada na cidade de Brasília para a investida VSTM Comércio de Veículos Ltda., e da filial BMW Motos na cidade de São Paulo, para a investida BMMOT Comércio de Veículos Ltda; (d) Em fevereiro e março de 2018, a Companhia efetivou a venda das filiais Audi e Porsche de Ribeirão Preto; e (e) Em julho de 2018, a Companhia vendeu a filial McLaren para a empresa BBAG Comércio de Veículos Ltda.

31. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre financiamentos e debêntures	(9.721)	(18.427)	(10.292)	(21.242)
Impostos sobre operações financeiras	(1.285)	(1.796)	(1.649)	(2.023)
Despesas bancárias	(1.220)	(2.610)	(1.670)	(2.928)
Descontos concedidos	(1.183)	(1.400)	(1.450)	(1.611)
Varição cambial	(40)	(41)	(41)	(41)
	<u>(13.449)</u>	<u>(24.274)</u>	<u>(15.102)</u>	<u>(27.845)</u>
Receitas financeiras				
Juros e multas recebidos	1.567	346	1.574	360
Rendimentos sobre aplicações financeiras	109	142	138	197
Descontos obtidos	89	127	95	536
Varição cambial	280	-	281	-
	<u>2.045</u>	<u>615</u>	<u>2.088</u>	<u>1.093</u>
	<u>(11.404)</u>	<u>(23.659)</u>	<u>(13.014)</u>	<u>(26.752)</u>

32. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2018

	Consolidado							
	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Outros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	8.593	-	-	8.593				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	16.959	-	16.959				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	63.493	-	63.493	-	63.493	-	63.493
Debêntures	-	38.605	-	38.605	-	38.605	-	38.605
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	52.508	-	52.508				

31 de dezembro de 2017

	Consolidado							
	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Outros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	1.226	-	-	1.226				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	12.229	-	12.229				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	68.225	-	68.225	-	68.225	-	68.225
Debêntures	-	8.136	-	8.136	-	8.136	-	8.136
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	34.199	-	34.199				

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2018

	Controladora							
	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Outros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	5.501	-	-	5.501				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	11.430	-	11.430				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	53.913	-	53.913	-	53.913	-	53.913
Debêntures	-	38.605	-	38.606	-	38.605	-	38.605
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	29.977	-	29.977				

31 de dezembro de 2017

	Controladora							
	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Outros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	377	-	-	377				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	8.070	-	8.070				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	69.188	-	69.188	-	69.188	-	69.188
Debêntures	-	8.136	-	8.136	-	8.136	-	8.136
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	24.775	-	24.775				

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e de suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Valor contábil		Valor contábil	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	5.501	377	8.593	1.226
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	11.430	8.070	16.959	12.229

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 8.593 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.226 em 31 de dezembro de 2017), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (impairment) não movimentou para este período sendo o total no montante de R\$ 1.023 (idêntica em 31 de dezembro de 2017).

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia e suas controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	8.139	4.477	9.282	6.118
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	2.782	1.811	6.986	4.130
De 31 a 60 dias	66	129	188	240
De 61 a 90 dias	165	233	195	252
De 91 a 180 dias	201	188	212	258
Acima de 181 dias	1.100	2.255	1.119	2.254
	12.453	9.093	17.982	13.252
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.023)	(1.023)	(1.023)	(1.023)
	<u>11.430</u>	<u>8.070</u>	<u>16.959</u>	<u>12.229</u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia e suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

Consolidado								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
31 de dezembro de 2018								
Fornecedores	52.508	52.508	52.508	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.493	70.880	37.030	4.699	3.397	25.754	-	-
Debêntures	38.605	49.962	6.043	12.504	11.774	11.026	8.615	-
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 Meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
31 de dezembro de 2017								
Fornecedores	34.199	34.199	34.199	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	68.225	74.509	72.468	1.291	606	144	-	-
Debêntures	8.136	9.045	9.045	-	-	-	-	-
Controladora								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
31 de dezembro de 2018								
Fornecedores	29.977	29.977	29.977	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.913	61.625	30.105	3.457	2.309	25.754	-	-
Debêntures	38.605	49.962	6.043	12.504	11.774	11.026	8.615	-
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 Meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
31 de dezembro de 2017								
Fornecedores	24.775	24.775	24.775	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.188	75.376	73.335	1.291	606	144	-	-
Debêntures	8.136	9.045	9.045	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e de suas controladas era:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos de taxa pré-fixada				
Fornecedores	26.287	21.412	46.277	28.400
Empréstimos e financiamentos	10.318	20.265	17.453	18.502

Risco	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos de taxa variável				
Empréstimos e financiamentos	CDI 43.595	48.923	46.040	49.723
Debêntures	CDI 38.605	8.136	38.605	8.136

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas possuem R\$ 84.661 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável a taxa média de juros efetivos em 2018. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

	Exposição 31/12/2018	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumentado Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Passivos Financeiros - Financiamentos	(46.040)	Aumento CDI	6,42	(2.956)	8,03	(3.695)	9,63	(4.434)
Passivos Financeiros - Debêntures	(38.605)	Aumento CDI Pré-Over	6,40	(2.471)	8,00	(3.088)	9,60	(3.706)
Total dos passivos financeiros	(84.645)	***		(5.427)		(6.783)		(8.140)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(1.356)		(2.713)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2018	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(46.040)	Redução CDI	6,42	2.956	4,82	2.217	3,21	1.478
Passivos Financeiros - Debêntures	(38.605)	Redução CDI Pré-Over	6,40	2.471	4,80	1.853	3,20	1.236
Total dos passivos financeiros	(84.645)	***		5.427		4.070		2.713
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						1.357		2.713

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

33. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira(*) Maior que 1

- (*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante	54.429	40.013	93.159	59.806
Passivo circulante	63.542	122.274	100.067	135.502
Índice de liquidez	0,86	0,33	0,93	0,44
Resultado do exercício	(1.560)	(7.703)	755	(4.493)
Patrimônio líquido	(12.480)	(12.212)	(4.331)	(4.410)
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,13	0,63	(0,17)	1,02
Resultado do exercício	(1.560)	(7.703)	755	(4.493)
Ativo total	118.274	112.372	165.948	133.402
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,01)	(0,07)	0,00	(0,03)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	(13,00)	(9,00)	-	(34,00)

34. Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Menos de ano	6.879	9.940	10.377	10.716
Entre um e cinco anos	9.162	17.177	16.612	19.584
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	<u>16.041</u>	<u>27.117</u>	<u>26.989</u>	<u>30.300</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguéis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2020.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasília e Goiânia.

35. Eventos subsequentes

Em dezembro de 2018, a investida BMMOT Comércio de Veículos Ltda. assinou contrato de venda da loja BMW Motos na cidade de São Paulo, no valor de R\$ 3.100 mil, porém a operação foi efetivamente finalizada em fevereiro de 2019.